



12

MUNICÍPIO DA NAZARÉ - CÂMARA MUNICIPAL

**CÓPIA DE PARTE DA ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ,
DE CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

***“383/2023 – RELATÓRIO E CONTAS 2022 – EMPRESA NAZARÉ QUALIFICA. E.M.,
UNIPESSOAL, LDA.”. -----***

*Para conhecimento da Assembleia Municipal foi presente Relatório acima referenciado,
datado de abril/2023, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrito.*

*“A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou remeter à Assembleia Municipal,
também para conhecimento”. -----*

Está conforme,

Nazaré, 12 de junho de 2023

A Técnica Superior

(Paula Veloso)



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

383/2023 - RELATÓRIO E CONTAS 2022 – EMPRESA NAZARÉ QUALIFICA,
E.M., UNIPessoal LDA

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em 5/6/2023

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou remeter à Assembleia Municipal, também para conhecimento.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

DESPACHO:

A Reunião
30/5/2023

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.



Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré
Dr. Walter Chicharro
Av. Vieira Guimarães, n. 54.
2450-112 Nazaré

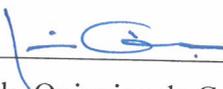
Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		10/CG/2023	30/05/2023

ASSUNTO: Relatório e Contas 2022.

Para conhecimento de V.Exa., vimos remeter o Relatório e Contas 2022 da empresa municipal Nazaré Qualifica, aprovado pelo Conselho de Gerência e Assembleia Geral em reuniões de 27/04/2023.

Com os melhores cumprimentos.

O Vogal do Conselho de Gerência


João Paulo Quinzico da Graça, Dr.



RELATÓRIO E CONTAS

2022

abril / 2023

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'P' followed by a surname, all enclosed within a horizontal line that loops back to the left.



**NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL
LDA**

**RELATÓRIO DE
GESTÃO**

ANO : 2022

1 - Introdução

A NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA., com sede social em da Praia do Norte, Centro de Alto Rendimento de Surf, Nazaré, é uma empresa local, pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, com um capital social de 10.000,00 €, detida a 100 % pelo Município da Nazaré, e que tem por objeto social:

- a) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e de desenvolvimento económico e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto;
- b) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- c) Renovação e reabilitação urbanas e gestão de património edificado;
- d) A promoção, construção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, no Município da Nazaré, sujeito ao pagamento de taxa, em zonas devidamente delimitadas e sinalizadas da via ou vias sob jurisdição municipal, no subsolo ou à superfície e a correspondente fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e Legislação Complementar, nos termos previstos no art.º 5 do Decreto - Lei n.º 44/2005 de 23 de fevereiro e no Decreto – Lei n.º 327/98 de 2 de novembro, alterado pela Lei n.º 99/99 de 26 de julho, bem como, da legislação que altere ou substitua essas normas, incluindo a prestação de serviços conexos com estas atividades;
- e) O abastecimento público de água;
- f) O saneamento de águas residuais urbanas;
- g) A recolha de resíduos urbanos e limpeza pública;
- h) O transporte de passageiros.

Os Órgãos Sociais da NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA., são:

Conselho de Gerência

Presidente- Walter Manuel Cavaleiro Chicharro
1º Vogal - João Paulo Quinzico da Graça
2º Vogal - Regina Margarida Amada Piedade Matos

Assembleia Geral

Presidente – Manuel António Águeda Sequeira

Fiscal Único

Mazars & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(representada pelo Dr. Henrique José Marto Oliveira – ROC 961)

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2022.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

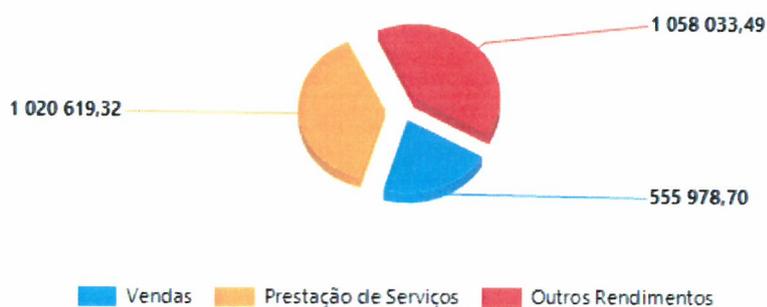
No período de 2022 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 1 576 598,02 €, representando uma variação de 2,07% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços



Estrutura de Rendimentos





O volume de negócios de discrimina-se da seguinte forma:

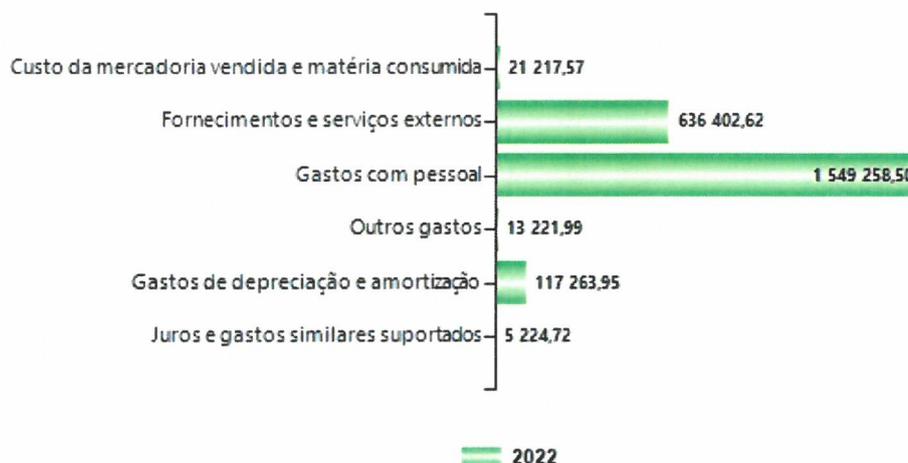
DESCRIÇÃO	2022	2021
Vendas:		
Farol	555.978,70	222.233,99
Terrenos ALE	0,00	394.112,00
Sub-total	555.978,70	616.345,99
Prestação de serviços:		
Parque	254.191,25	0,00
Parquímetros	326.819,22	0,00
Parque e Parquímetro	0,00	476.935,82
CAR Surf	39.489,25	61.312,83
Eventos Futebol de praia	184.968,89	0,00
Eventos Andebol de praia	28.709,16	0,00
Outros Eventos	4.003,00	232.091,60
Participação Marca Oeste Portugal (CIO)	19.000,00	19.000,00
Protocolo apoio desportivo Fundação do Desporto	30.500,00	32.000,00
Patrocínio MEO	0,00	7.500,00
Utilização Imagens North Canyon	0,00	80.396,68
Multas	25.530,00	16.733,58
Contratação in house	106.307,40	0,00
Outros	1.101,15	2.348,92
Sub-total	1.020.619,32	928.319,43
Total	1.576.598,02	1.544.665,42

Os subsídios à exploração recebidos discriminam-se da seguinte forma:

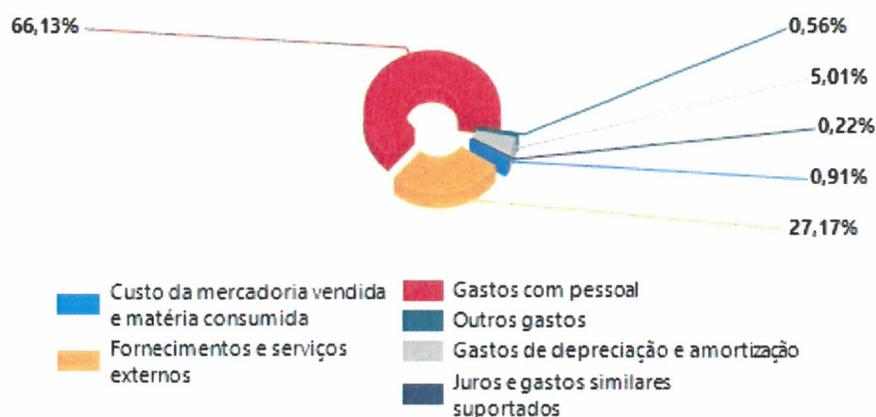
DESCRIÇÃO	2022	2021
- Município Nazaré:		
Contrato-Programa Educação	223.400,00	304.900,00
Contrato-Programa Cultura/Eventos	273.900,00	211.500,00
Contrato-Programa CarSurf	294.900,00	179.499,96
Sub-total	792.200,00	695.899,96
- Serviços Municipalizados Nazaré:		
Contrato-Programa Transportes	0,00	174.708,31
Contrato-Programa Saneamento	0,00	199.500,00
Contrato-Programa RSU	228.660,00	149.499,96
Sub-total	228.660,00	523.708,27
- Turismo Centro de Portugal	25.000,00	25.000,00
Total	1.045.860,00	1.244.608,23

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



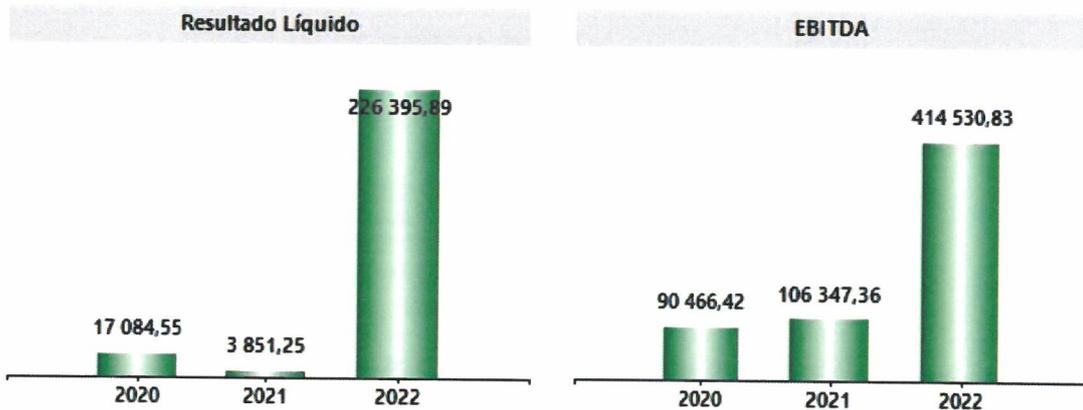
Estrutura de Gastos Percentual



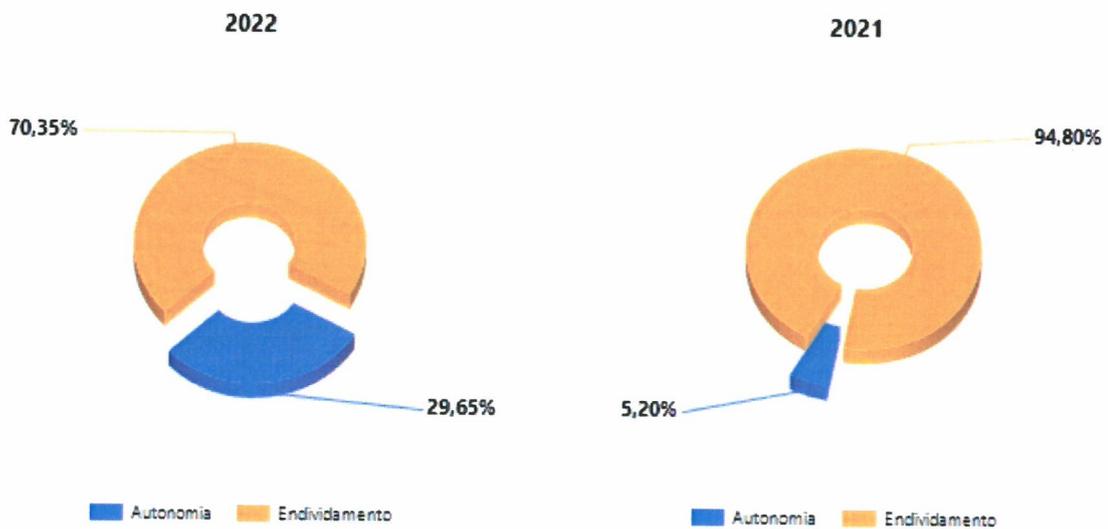
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2022	2021	2020
Gastos com Pessoal	1 549 258,50	1 556 796,45	1 508 310,14
Nº Médio de Pessoas	85	86	91
Gasto Médio por Pessoa	18 226,57	18 102,28	16 574,83

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2022		2021	
Ativo não corrente	260 764,20	29 %	286 282,04	39 %
Ativo corrente	630 025,76	71 %	439 102,98	61 %
Total ativo	890 789,96		725 385,02	

RUBRICAS	2022		2021	
Capital Próprio	264 114,11	30 %	37 718,22	5 %
Passivo não corrente	97 430,17	11 %	217 909,67	30 %
Passivo corrente	529 245,68	59 %	469 757,13	65 %
Total Capital Próprio e Passivo	890 789,96		725 385,02	

A sociedade exerceu atividade no sector da promoção do desenvolvimento das atividades económicas do concelho através da elaboração de estudos, projetos, planeamento, certificação e prestação de consultoria, nomeadamente nas vertentes industrial, comercial, turística e da agricultura e pescas, e, bem assim, na inovação empresarial, ambiente, em especial no âmbito das energias alternativas, resíduos, e eficiência energética, bem como a promoção dos meios que assegurem eventos de carácter cultural, social e desportivo, que visem a dinamização económica e ainda a promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços para o desenvolvimento das valências locais e regionais.

O resultado por operações é o que consta no quadro seguinte:

Descrição	Educação	Cultura / Eventos	CarSurf	RSU	Eventos Surf	Eventos Futebol de Praia	Eventos Andebol de Praia	Parque estacionamento	Parquímetros	Forte São Miguel / Praia do Norte	TOTAL
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	555.978,70	555.978,70
Prestação de serviços	106.307,40	0,00	69.989,25	0,00	0,00	186.970,39	30.710,66	254.191,25	352.349,22	20.101,15	1.020.619,32
Subsídios à exploração	223.400,00	273.900,00	294.900,00	228.660,00	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	1.045.860,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21.217,57	-21.217,57
Fornecimentos e serviços externos	-14.152,96	-11.805,16	-102.183,39	-9.854,73	-6.507,70	-239.385,03	-50.921,56	-88.848,97	-44.248,94	-68.494,18	-636.402,62
Gastos com pessoal	-284.414,08	-269.743,94	-271.174,73	-183.794,00	0,00	-7.727,33	-1.966,10	-162.697,50	-109.786,81	-257.954,01	-1.549.258,50
Outros rendimentos e ganhos	199,95	170,99	364,35	142,77	0,00	121,99	35,69	3.696,86	851,78	6.589,11	12.173,49
Outros gastos e perdas	-1.627,31	-1.350,97	-1.715,84	-1.127,87	0,00	-486,41	-171,20	-1.547,05	-1.410,74	-3.784,60	-13.221,99
Resultados antes de depreciações, gastos financeiros e impostos	29.713,00	-8.829,08	-9.820,36	34.026,17	-6.507,70	-48.006,39	-9.812,51	4.794,59	197.754,51	231.218,60	414.530,83
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	-17.268,17	-14.655,14	-19.318,67	-12.233,14	0,00	-5.345,23	-2.023,01	-4.212,11	-12.294,36	-29.914,12	-117.263,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	12.444,83	-23.484,22	-29.139,03	21.793,03	-6.507,70	-53.351,62	-11.835,52	582,48	185.460,15	201.304,48	297.266,88
Juros e gastos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-746,85	-619,35	-793,12	-517,03	0,00	-195,19	-57,28	-449,81	-693,43	-1.152,66	-5.224,72
Resultado antes de impostos	11.697,98	-24.103,57	-29.932,15	21.276,00	-6.507,70	-53.546,81	-11.892,80	132,67	184.766,72	200.151,82	292.042,16

Face ao saldo positivo do centro de custo RSU, a empresa está em discussão, com os Serviços Municipalizados, no sentido de regularizar adequadamente esta situação após a devida apreciação e análise dos indicadores de relevância.

3 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA no período económico findo em 31 de dezembro de 2022 realizou um resultado líquido de 226 395,89€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2022
Reserva livre	226 395,89€

4 - Outras Informações

A NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2022.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

5 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço e a Demonstração dos Resultados por naturezas.



Nazaré, 30 de Março de 2023

O Conselho de Gerência

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro

João Paulo Quinzico da Graça

Regina Margarida Amada Piedade Matos

Balanço - (modelo reduzido) em 31-12
-2022
(montantes em euros)

NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL LDA

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	260 559,76	285 669,31
Ativos intangíveis	5	204,44	612,73
		260 764,20	286 282,04
Ativo corrente			
Inventários	7	81 508,79	69 847,00
Clientes	10	116 251,72	69 439,94
Outros créditos a receber	10	7 418,90	22 478,21
Diferimentos		1 197,31	3 581,76
Outros ativos correntes	10	500,00	500,00
Caixa e depósitos bancários	17	423 149,04	273 256,07
		630 025,76	439 102,98
Total ativo		890 789,96	725 385,02
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	10	10 000,00	10 000,00
Reservas legais		2 500,00	2 500,00
Outras reservas		24 032,09	20 180,84
Resultados transitados		1 186,13	1 186,13
Resultado líquido do período		226 395,89	3 851,25
Total do capital próprio		264 114,11	37 718,22
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6;10	97 430,17	217 909,67
		97 430,17	217 909,67
Passivo corrente			
Fornecedores	10	91 598,55	52 852,73
Estado e outros entes públicos	15	81 956,88	84 062,72
Financiamentos obtidos	6;10	120 279,96	119 871,96
Outros passivos correntes	10	235 410,29	212 969,72
		529 245,68	469 757,13
Total do passivo		626 675,85	687 666,80
Total do capital próprio e do passivo		890 789,96	725 385,02

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo reduzido) do período findo em 31-12-
2022**

**NAZARÉ QUALIFICA, E.M.,
UNIPESSOAL LDA**

(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	1 576 598,02	1 544 665,42
Subsídios à exploração	9	1 045 860,00	1 244 608,23
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(21 217,57)	(405 281,81)
Fornecimentos e serviços externos	8	(636 402,62)	(584 602,48)
Gastos com o pessoal	11	(1 549 258,50)	(1 556 796,45)
Outros rendimentos	8	12 173,49	29 366,69
Outros gastos		(13 221,99)	(165 612,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		414 530,83	106 347,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	(117 263,95)	(57 446,43)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		297 266,88	48 900,93
Juros e rendimentos similares obtidos	8		10,56
Juros e gastos similares suportados	6	(5 224,72)	(5 588,78)
Resultado antes de impostos		292 042,16	43 322,71
Imposto sobre o rendimento do período		(65 646,27)	(39 471,46)
Resultado líquido do período		226 395,89	3 851,25



ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL LDA

ANO : 2022

to
I-0.
Rugl.
Lisboa

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação

- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
 - 2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
 - 2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

- 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
 - 3.1 Principais políticas contabilísticas
 - 3.2 Alterações nas políticas contabilísticas
 - 3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas
 - 3.4 Correção de erros de períodos anteriores
 - 3.5 Resumo das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

- 5 - Ativos intangíveis**
 - 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis
 - 5.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 5.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

6 - Custos de empréstimos obtidos

- 6.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:
- 6.2 Outras divulgações

7 - Inventários

- 7.1 Quantia escriturada de inventários

8 - Rendimentos e gastos

- 8.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
- 8.2 Discriminação do volume de negócios
- 8.3 Discriminação dos outros rendimentos
- 8.4 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

- 9.1 Natureza e extensão das entidades públicas
- 9.2 Discriminação subsídios

10 - Instrumentos financeiros

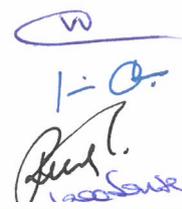
- 10.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica do capital próprio, conforme quadro seguinte:
- 10.2 Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

11 - Benefícios dos empregados

- 11.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas
- 11.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

12 - Acontecimentos após a data do balanço

- 12.1 Outras divulgações



Handwritten signature and initials in blue ink, including a circled 'W' at the top, 'L. O.', and a signature that appears to be 'Paulo L. ...'.

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

- 13.1 Informação por atividade económica
- 13.2 Informação por mercado geográfico
- 13.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

14 - Outras divulgações

- 14.1 Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas
 - 14.1.1 Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:
 - 14.1.2 Resultado por operações

15 - Impostos e contribuições

- 15.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:
- 15.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

16 - Partes relacionadas

- 16.1 Identificação das partes relacionadas
 - 16.1.1 Entidades participantes
 - 16.1.1.1 Participação no capital social da entidade
 - 16.1.1.2 Entidades que participam diretamente no capital da entidade

17 - Fluxos de caixa

- 17.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

A NAZARÉ QUALIFICA, E.M. – UNIPESSOAL, LDA., referida neste documento como NAZARÉ QUALIFICA ou EMPRESA, é uma empresa municipal constituída em 30 de Dezembro de 2005, embora a sua atividade tenha sido iniciada apenas durante o exercício de 2007, com sede social em Nazaré.

A Nazaré Qualifica, tem a missão institucional de contribuir para a promoção do desenvolvimento das atividades económicas do concelho. A Nazaré Qualifica, é uma empresa municipal com capital maioritariamente público que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira. Rege-se pela Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais, pelos seus estatutos e, subsidiariamente, pelo regime das empresas públicas e no que não estiver especialmente regulado, pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Em relação à demonstração dos resultados, apenas houve uma reclassificação do valor dos contratos-programa de prestação de serviços para subsídios à exploração, conforme quadros nas notas 8.2 e 9.2.

Neste sentido, reclassificamos o comparativo de 2021, tornando os dois períodos comparáveis.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

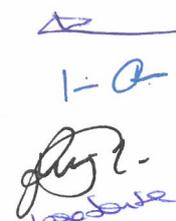
As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram

Handwritten signature and initials in blue ink, including a checkmark and the number '1-2'.

apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa

de 17% sobre a matéria coletável até 25.000 euros e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'W' and 'I-Q'.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Redito da Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2. **Alterações nas políticas contabilísticas**

No cálculo das depreciações dos ativos fixos tangíveis, foram usadas as quotas máximas. Até 2021 foram utilizadas as quotas mínimas. Se mantivéssemos as quotas mínimas, o gasto com depreciações seria menor em cerca de 58 600,00€.

Não se verificaram mais alterações voluntárias em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior.

3.3. **Alterações nas estimativas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas com efeitos no período corrente, ou que se espera que tenham efeitos em períodos futuros.

3.4. **Correção de erros de períodos anteriores**

Não existiram erros materiais em períodos anteriores.

3.5. **Resumo das alterações de políticas e estimativas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer eventos ou situações que dessem origem a alterações nas estimativas contabilísticas.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Custo	Linha reta	10 anos	10
Equipamento básico	Custo	Linha reta	3 a 10 anos	10 a 33,33
Equipamento de transporte	Custo	Linha reta	3 a 7 anos	14,28 a 33,33
Equipamento administrativo	Custo	Linha reta	3 a 8 anos	12,5 a 33,33
Outros ativos fixos tangíveis	Custo	Linha reta	4 a 12,5	8 a 25

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		21 528,22	529 760,19	55 097,97	44 825,68		25 238,12			676 450,18
Depreciações acumuladas		1 828,37	328 512,81	31 406,20	24 682,63		4 350,86			390 780,87
Saldo no início do período		19 699,85	201 247,38	23 691,77	20 143,05		20 887,26			285 669,31
Variações do período		2 348,01	(6 818,78)	(13 005,91)	(3 609,86)		(4 023,01)			(25 109,55)
Total de aumentos		4 910,00	83 174,00		3 662,11					91 746,11
Aquisições em primeira mão		4 910,00	83 174,00		3 662,11					91 746,11
Total diminuições		2 561,99	89 992,78	13 005,91	7 271,97		4 023,01			116 855,66
Depreciações do período		2 561,99	89 992,78	13 005,91	7 271,97		4 023,01			116 855,66
Saldo no fim do período		22 047,86	194 428,60	10 685,86	16 533,19		16 864,25			260 559,76
Valor bruto no fim do período		26 438,22	612 934,19	55 097,97	48 487,79		25 238,12			768 196,29
Depreciações acumuladas no fim do período		4 390,36	418 505,59	44 412,11	31 954,60		8 373,87			507 636,53

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		14 383,82	506 010,95	55 097,97	44 825,68		19 428,12			639 746,54
Depreciações acumuladas		799,22	283 883,52	24 904,00	21 419,57		2 522,22			333 528,53
Saldo no início do período		13 584,60	222 127,43	30 193,97	23 406,11		16 905,90			306 218,01
Variações do período		6 115,25	(20 880,05)	(6 502,20)	(3 263,06)		3 981,36			(20 548,70)
Total de aumentos		7 144,40	23 749,24				5 810,00			36 703,64
Aquisições em primeira mão		7 144,40	23 749,24				5 810,00			36 703,64
Total diminuições		1 029,15	44 629,29	6 502,20	3 263,06		1 828,64			57 252,34
Depreciações do período		1 029,15	44 629,29	6 502,20	3 253,06		1 828,64			57 242,34
Outras diminuições					10,00					10,00
Saldo no fim do período		19 699,85	201 247,38	23 691,77	20 143,05		20 887,26			285 669,31
Valor bruto no fim do período		21 528,22	529 760,19	55 097,97	44 825,68		25 238,12			676 450,18
Depreciações acumuladas no fim do período		1 828,37	328 512,81	31 406,20	24 682,63		4 350,86			390 780,87

5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Programas de computadores	Custo	Linha reta	3 anos	33,33

5.1.2. **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			1 225,00					1 225,00
Amortizações acumuladas totais no fim do período			1 020,56					1 020,56
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			1 225,00					1 225,00
Amortizações acumuladas			612,27					612,27
Saldo no início do período			612,73					612,73
Variações do período								
Total de aumentos								
Amortizações do período			408,29					408,29
Total diminuições			408,29					408,29
Saldo no final do período			204,44					204,44

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			1 225,00					1 225,00
Amortizações acumuladas totais no fim do período			612,27					612,27
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			1 225,00					1 225,00
Amortizações acumuladas			408,18					408,18
Saldo no início do período			816,82					816,82
Variações do período	(204,09)							(204,09)
Total de aumentos								
Amortizações do período	204,09							204,09
Total diminuições	204,09							204,09
Saldo no final do período			612,73					612,73

CO
1-0-
base
[assinatura]

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		120 279,96	97 430,17	4 999,52	4 999,52				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		120 279,96	97 430,17	4 999,52	4 999,52				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		120 279,96	97 430,17	4 999,52	4 999,52				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		119.871,96	217.909,67	5.132,97	5.132,97				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		119.871,96	217.909,67	5.132,97	5.132,97				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		119.871,96	217.909,67	5.132,97	5.132,97				

6.2. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	4 999,52	5 132,97
Juros de financiamentos suportados	4 999,52	5 132,97
Outros juros de financiamentos obtidos	4 999,52	5 132,97

7 - Inventários

7.1. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	69 847,00		53 760,66			
Compras	32 879,36		27 811,61			
Inventários finais	81 508,79		81 508,79	69 847,00		69 847,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	21 217,57		21 217,57	405 281,81		405 281,81
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8 - Rendimentos e gastos

8.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	555 978,70	616 345,99
Prestação de serviços	1 020 619,32	2 172 927,66
Total	1 576 598,02	2 789 273,65

W
1-0-0
Lacafant

8.2. Discriminação do volume de negócios

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas:		
Farol	555.978,70	222.233,99
Terrenos ALE	0,00	394.112,00
Sub-total	555.978,70	616.345,99
Prestação de serviços:		
Parque	254.191,25	0,00
Parquímetros	326.819,22	0,00
Parque e Parquímetro	0,00	476.935,82
CAR Surf	39.489,25	61.312,83
Eventos Futebol de praia	184.968,89	0,00
Eventos Andebol de praia	28.709,16	0,00
Eventos	4.003,00	232.091,60
Participação Marca Oeste Portugal (CIO)	19.000,00	19.000,00
Protocolo apoio desportivo Fundação do Desporto	30.500,00	32.000,00
Patrocínio MEO	0,00	7.500,00
Utilização Imagens North Canyon	0,00	80.396,68
Multas	25.530,00	16.733,58
Contratação in house	106.307,40	0,00
Outros	1.101,15	2348,92
Sub-total	1.020.619,32	928.319,43
Total	1.576.598,02	1.544.665,42

8.3 Discriminação dos outros rendimentos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Outros rendimentos suplementares	130,92	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	10,56
Rendimentos e gastos nos restantes ativos financeiros	0,51	1,02
Outros	12.042,06	29.365,67
Total	12.173,49	29.377,25

8.4.

Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	1 620,00	
Serviços especializados	418 351,35	398 614,78
Trabalhos especializados	126 852,31	96 139,38
Publicidade e propaganda	25 053,30	30 776,20
Vigilância e segurança	98 558,53	128 879,91
Honorários	104 581,10	94 175,65
Comissões	3 500,00	15 545,18
Conservação e reparação	36 998,59	33 098,46
Outros	22 807,52	
Materiais	54 163,86	24 127,24
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	29 703,34	9 843,66
Material de escritório	24 460,52	11 954,95
Artigos para oferta		2 328,63
Energia e fluidos	20 758,27	24 041,55
Eletricidade	18 335,93	22 066,03
Combustíveis	2 202,96	1 799,06
Água	219,38	176,46
Deslocações, estadas e transportes	71 600,58	83 006,21
Deslocações e estadas	65 826,24	67 686,14
Transportes de pessoal	3 551,80	4 815,67
Transportes de mercadorias	2 222,54	1 534,40
Outros		8 970,00
Serviços diversos	69 908,56	54 812,70
Rendas e alugueres	47 599,03	32 921,13
Comunicação	9 504,50	8 480,53
Seguros	4 646,65	8 645,32
Contencioso e notariado	455,00	350,00
Limpeza, higiene e conforto	7 703,38	4 383,06
Outros serviços		32,66
Total	636 402,62	584 602,48



9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

9.1. Natureza e extensão das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Subsídios à exploração					1 045 860,00	1 045 860,00			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
Total					1 045 860,00	1 045 860,00			

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Subsídios à exploração					1 244 608,23	1 244 608,23			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
Total					1 244 608,23	1 244 608,23			

9.2. Discriminação subsídios

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
- Município Nazaré:		
Contrato-Programa Educação	223.400,00	304.900,00
Contrato-Programa Cultura/Eventos	273.900,00	211.500,00
Contrato-Programa CarSurf	294.900,00	179.499,96
Sub-total	792.200,00	695.899,96
- Serviços Municipalizados Nazaré:		
Contrato-Programa Transportes	0,00	174.708,31
Contrato-Programa Saneamento	0,00	199.500,00
Contrato-Programa RSU	228.660,00	149.499,96
Sub-total	228.660,00	523.708,27
- Turismo Centro de Portugal	25.000,00	25.000,00
Total	1.045.860,00	1.244.608,23

10 - Instrumentos financeiros

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica do capital próprio, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	10 000,00			10 000,00
Reservas	22 680,84		3 851,25	26 532,09
Reservas legais	2 500,00			2 500,00
Outras reservas	20 180,84		3 851,25	24 032,09
Resultados transitados	1 186,13			1 186,13
Total	33 866,97		3 851,25	37 718,22

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	10 000,00			10 000,00
Reservas	5 596,29		17 084,55	22 680,84
Reservas legais	2 477,56		22,44	2 500,00
Outras reservas	3 118,73		17 062,11	20 180,84
Resultados transitados	1 186,13			1 186,13
Total	16 782,42		17 084,55	33 866,97

10.2. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			124 170,62		
Clientes			116 251,72		
Adiantamentos a fornecedores			867,85		
Outras contas a receber			6 551,05		
Outros ativos financeiros			500,00		
Passivos financeiros:			544 718,97		
Fornecedores			91 598,55		
Financiamentos obtidos			217 710,13		
Outras contas a pagar			235 410,29		

W
Lecobuse 1:0
Rung?

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			92 418,15		
Clientes			69 439,94		
Adiantamentos a fornecedores			0,01		
Outras contas a receber			22 478,20		
Outros ativos financeiros			500,00		
Passivos financeiros:			603 604,08		
Fornecedores			52 852,73		
Financiamentos obtidos			337 781,63		
Outras contas a pagar			212 969,72		

11 - Benefícios dos empregados

11.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	85,00	164 560,00	86,00	163 240,00
Pessoas remuneradas	85,00	164 560,00	86,00	163 240,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	85,00	164 560,00	86,00	163 240,00
Pessoas a tempo completo	85,00	164 560,00	86,00	163 240,00
(das quais pessoas remuneradas)	85,00	164 560,00	86,00	163 240,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	85,00	164 560,00	86,00	163 240,00
Masculino	46,00	88 704,00	48,00	93 720,00
Feminino	39,00	75 856,00	38,00	69 520,00

11.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	1 549 258,50	1 556 796,45
Remunerações dos órgãos sociais	33 410,48	31 878,19
Remunerações do pessoal	1 201 583,44	1 192 981,80
Encargos sobre as remunerações	266 583,50	269 670,46
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	18 086,86	10 777,96
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	29 594,22	51 488,04

12 - Acontecimentos após a data do balanço

12.1. Outras divulgações

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 30 de Março de 2023.

Durante o período de 1 de Janeiro de 2023 e 30 de Março de 2023 não ocorreram acontecimentos suscetíveis de provocarem quer ajustamentos às demonstrações financeiras quer divulgações no Anexo.

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	555 978,70	555 978,70
De mercadorias	555 978,70	555 978,70
Prestações de serviços	1 020 619,32	1 020 619,32
Compras	32 769,36	32 769,36
Fornecimentos e serviços externos	636 402,62	636 402,62
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	21 217,57	21 217,57
Mercadorias	21 217,57	21 217,57
Gastos com o pessoal	1 549 258,50	1 549 258,50
Remunerações	1 234 993,92	1 234 993,92
Outros gastos	314 264,58	314 264,58
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	260 559,76	260 559,76

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	616 345,99	616 345,99
De mercadorias	616 345,99	616 345,99
Prestações de serviços	2 172 927,66	2 172 927,66
Compras	328 628,90	328 628,90
Fornecimentos e serviços externos	584 602,48	584 602,48
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	405 281,81	405 281,81
Mercadorias	405 281,81	405 281,81
Gastos com o pessoal	1 556 796,45	1 556 796,45
Remunerações	1 224 859,99	1 224 859,99
Outros gastos	331 936,46	331 936,46
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	285 669,31	285 669,31
Total das aquisições	36 703,64	36 703,64
(das quais edifícios e outras construções)	7 144,40	7 144,40

13.2. **Informação por mercado geográfico**

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	555 978,70			555 978,70
Prestações de serviços	860 619,32	160 000,00		1 020 619,32
Compras	32 769,36			32 769,36
Fornecimentos e serviços externos	636 402,62			636 402,62
Aquisições de ativos fixos tangíveis	91 746,11			91 746,11
Rendimentos suplementares:	130,92			130,92
Outros rendimentos suplementares	130,92			130,92

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	616 345,99			616 345,99
Prestações de serviços	1 985 998,66	186 929,00		2 172 927,66
Compras	325 152,92	3 475,98		328 628,90
Fornecimentos e serviços externos	584 602,48			584 602,48
Aquisições de ativos fixos tangíveis	36 703,64			36 703,64

13.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

14 - Outras divulgações

14.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas

14.1.1. Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

NIF	507012100
Denominação	Município Nazaré

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES	0,00						
VALOR DAS TRANSAÇÕES	898 507,40						
Prestações de serviços	106 307,40						
Subsídios à exploração	792 200,00						

Quadro comparativo:

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
VALOR DAS TRANSAÇÕES							
Subsídios à exploração	695 899,96						
Compras	307 900,00						

Handwritten signature and initials in blue ink.

14.1.2. Resultado por operações

Descrição	Educação	Cultura / Eventos	CarSurf	RSU	Eventos Surf	Eventos Futebol de Praia	Eventos Andebol de Praia	Parque estacionamento	Parquímetros	Forte São Miguel / Praia do Norte	TOTAL
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	555.978,70	555.978,70
Prestação de serviços	106.307,40	0,00	69.989,25	0,00	0,00	186.970,39	30.710,66	254.191,25	352.349,22	20.101,15	1.020.619,32
Subsídios à exploração	223.400,00	273.900,00	294.900,00	228.660,00	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	1.045.860,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21.217,57	-21.217,57
Fornecimentos e serviços externos	-14.152,96	-11.805,16	-102.183,39	-9.854,73	-6.507,70	-239.385,03	-50.921,56	-88.848,97	-44.248,94	-68.494,18	-636.402,62
Gastos com pessoal	-284.414,08	-269.743,94	-271.174,73	-183.794,00	0,00	-7.727,33	-1.966,10	-162.697,50	-109.786,81	-257.954,01	-1.549.258,50
Outros rendimentos e ganhos	199,95	170,99	364,35	142,77	0,00	121,99	35,69	3.696,86	851,78	6.589,11	12.173,49
Outros gastos e perdas	-1.627,31	-1.350,97	-1.715,84	-1.127,87	0,00	-486,41	-171,20	-1.547,05	-1.410,74	-3.784,60	-13.221,99
Resultados antes de depreciações, gastos financeiros e impostos	29.713,00	-8.829,08	-9.820,36	34.026,17	-6.507,70	-48.006,39	-9.812,51	4.794,59	197.754,51	231.218,60	414.530,83
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	-17.268,17	-14.655,14	-19.318,67	-12.233,14	0,00	-5.345,23	-2.023,01	-4.212,11	-12.294,36	-29.914,12	-117.263,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	12.444,83	-23.484,22	-29.139,03	21.793,03	-6.507,70	-53.351,62	-11.835,52	582,48	185.460,15	201.304,48	297.266,88
Juros e gastos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-746,85	-619,35	-793,12	-517,03	0,00	-195,19	-57,28	-449,81	-693,43	-1.152,66	-5.224,72
Resultado antes de impostos	11.697,98	-24.103,57	-29.932,15	21.276,00	-6.507,70	-53.546,81	-11.892,80	132,67	184.766,72	200.151,82	292.042,16

Face ao saldo positivo do centro de custo RSU, a empresa está em discussão, com os Serviços Municipalizados, no sentido de regularizar adequadamente esta situação após a devida apreciação e análise dos indicadores de relevância.

15 - Impostos e contribuições

15.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	292 042,16	43 322,71
Imposto corrente	65 646,27	39 471,46
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	65 646,27	39 471,46
Tributações autónomas	269,32	963,81
Taxa efetiva de imposto	22,47	91,11

15.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	34 080,13	65 646,27	10 821,26	39 471,46
Pagamentos por conta	34 080,00		10 821,00	
<i>Pagamentos normais</i>	<i>34 080,00</i>		<i>10 821,00</i>	
Retenções efetuadas por terceiros	0,13		0,26	
Imposto estimado		65 646,27		39 471,46
Retenção de impostos sobre rendimentos		9 059,04		8 453,98
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		21 004,57		29 391,71
Contribuições para a Segurança Social		20 327,13		17 566,83
Total	34 080,13	116 037,01	10 821,26	94 883,98

16 - Partes relacionadas

16.1. Identificação das partes relacionadas

16.1.1. Entidades participantes

16.1.1.1. Participação no capital social da entidade

Descrição	Percentagem
De pessoas coletivas residentes	100,00%
Total	100,00%

16.1.1.2. Entidades que participam diretamente no capital da entidade

NIF	507012100
Denominação	Município Nazaré
Part. direta capital (%)	100,00%
Part. direta direitos voto (%)	100,00%
Data de início da participação	30-12-2015
Data de fim da participação	

W
1-0
Losafose

17 - Fluxos de caixa

17.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	4 099,37	1 304 802,68	1 297 580,53	11 321,52
Depósitos à ordem	269 156,70	2 871 378,53	2 728 707,71	411 827,52
Total	273 256,07	4 176 181,21	4 026 288,24	423 149,04

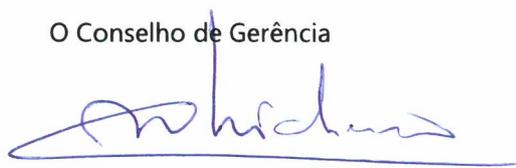
Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 041,43	958 390,01	955 332,07	4 099,37
Depósitos à ordem	152 573,11	3 255 672,00	3 139 088,41	269 156,70
Total	153 614,54	4 214 062,01	4 094 420,48	273 256,07

A 31 de dezembro de 2023 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Nazaré, 30 de Março de 2023

O Conselho de Gerência



Walter Manuel Cavaleiro Chicharro

O Contabilista Certificado



João Paulo Quinzico da Graça



Regina Margarida Amada Piedade Matos



DECLARAÇÃO

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2022 da Nazaré Qualifica, Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Presidente do Conselho de Gerência, declara ainda que a subscrição da Declaração de Responsabilidade, nos termos da Resolução n.º 44/2015, do Tribunal de Contas, tem por pressuposto e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pela empresa PinkGest, cuja Técnica Oficial de Contas é a Dra. Lara Sousa, e certificadas pelo revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Nazaré, 27 de abril de 2023.

O Presidente do Conselho de Gerência

(Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.)

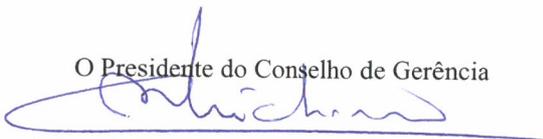
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2022 da Nazaré Qualifica declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas individuais ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) Evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) Evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

O Conselho de Gerência:

O Presidente do Conselho de Gerência



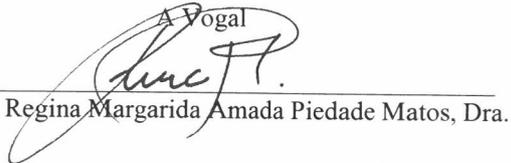
Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

O Vogal



João Paulo Quinzico da Graça, Dr.

A Vogal



Regina Margarida Amada Piedade Matos, Dra.

CARTA DE REPRESENTAÇÃO

Exmos. Senhores
MAZARS & Associados, SROC, S.A.
Estrada de Leiria, 212 – Ed. Pinus Park, Fracção X
2430-527 Marinha Grande

Nazaré, 27 de abril de 2023

Exmos. Senhores,

Em relação à revisão legal de contas / auditoria que V. Exas efetuaram às demonstrações financeiras da **Nazaré Qualifica, Unipessoal, Lda, E.M.** referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, vimos confirmar os seguintes elementos e informações que vos foram prestadas no decurso do Vosso exame.

1. A Administração da **Nazaré Qualifica, Unipessoal, Lda, E.M.** preparou as demonstrações financeiras, as quais são constituídas pelo balanço (que evidencia um total de 890 790 euros e um total de capital próprio de 264 114 euros, incluindo um resultado líquido de 226 396), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
2. Confirmamos ainda o seguinte:
 - a) Cumprimos as nossas responsabilidades, conforme estabelecido nos termos do trabalho de auditoria datado de 21 de outubro de 2022 relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para as pequenas entidades adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística - PE. Em particular, asseguramos que estas dão uma imagem verdadeira e apropriada, de acordo com o referencial acima identificado.
 - b) Os pressupostos significativos utilizados ao fazer estimativas contabilísticas são razoáveis.
 - c) Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
 - d) Reconhecemos que somos responsáveis pelo desenho, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno para prevenir e detetar quaisquer erros ou fraudes;
 - e) Efetuámos uma avaliação interna do risco das demonstrações financeiras se encontrarem materialmente distorcidas em resultado de fraude e confirmamos que a esta data consideramos tal risco como remoto.

- f) Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraude, suspeita de fraude ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras, envolvendo: (i) a Administração, (ii) diretores, ou (iii) empregados.
 - g) Demos conhecimento de toda a informação em relação a alegações de fraude ou de suspeita de fraude que afete as Demonstrações Financeiras da entidade, comunicadas por empregados, ex-empregados, analistas, reguladores ou outros.
3. Confirmamos que não existem:
- a) Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
 - b) Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
 - c) Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
 - d) Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
 - e) Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade.
4. A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.
5. Demos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis, normas, e regulamentos em vigor cujos efeitos devessem ter sido considerados nas demonstrações financeiras.
6. Tomámos conhecimento das distorções identificadas no decurso do vosso trabalho, cujos efeitos são imateriais, consideradas de forma individual ou de forma agregada, para as demonstrações financeiras como um todo. As distorções identificadas e não corrigidas encontram-se em quadro constante do Anexo a esta declaração.
7. Tomámos conhecimento da vossa Certificação Legal de Contas a qual incluirá um parecer sem reservas e com a seguinte enfase:

Chamamos a atenção para o referido na Nota 3.2 do Anexo às demonstrações financeiras da Entidade, quanto à alteração das taxas de amortização aplicadas em 2022 por alteração do período de vida útil dos equipamentos.

8. Com exceção do referido no ponto 9 seguinte, não temos conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, de consequências significativas, nem encarregamos os nossos advogados de tratar dessas matérias, para além dos valores já constantes das demonstrações financeiras, em conformidade com o referencial contabilístico acima referido. Neste contexto informamos que todo o contencioso jurídico da sociedade está entregue ao advogado Dr. Victor Faria. Adicionalmente, confirmamos que não existe evolução relevante no processo judicial existente com ex-trabalhadores nem novos processos movidos contra ou a favor da Nazaré Qualifica.
9. Neste âmbito, confirmamos que decorrente dos processos judiciais movidos por ex-trabalhadores, a Empresa recorreu da sentença desfavorável e o resultado foi uma decisão favorável no tribunal da relação. Neste sentido, independentemente de novo recurso que possa vir a ser levantado pelos ex-trabalhadores, é convicção que os valores constantes na contabilidade são suficientes fazer face às indemnizações e demais contingências que possam resultar deste processo.
10. Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2022, até ao presente momento, que justifiquem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo, em conformidade com o referencial de relato financeiro acima referido. Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2022 que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Empresa, os seus resultados e/ou as suas atividades.
11. A informação que Vos foi prestada relativamente às partes em relação de dependência, ou relativamente às quais possa existir eventual conflito de interesses, e sobre os respetivos saldos e transações, foi completa. Em particular consideramos que, caso a questão seja levantada pelas autoridades fiscais, poderemos demonstrar que as políticas de preços seguidas nas transações entre entidades afins e/ou com interesses da Empresa, obedecem a critérios de razoabilidade, independência e prática comercial corrente.
12. Confirmamos que vos foi dado conhecimento de todas as entidades relacionadas, bem como de todas as transações mantidas com as mesmas, sendo que a totalidade dos balanços e das transações com partes relacionadas foram adequadamente registados e quando necessário divulgados em conformidade com o relato financeiro acima referido.
13. Confirmamos que não existem quaisquer planos ou intenções que possam provocar alterações consideráveis nos valores contabilísticos dos elementos patrimoniais que integram o Ativo e o Passivo do Balanço da Empresa ou na forma como se encontram classificados ou que possam pôr em causa a continuidade das operações; bem como não planeamos o abandono ou redução de atividades ou quaisquer outras intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.
14. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

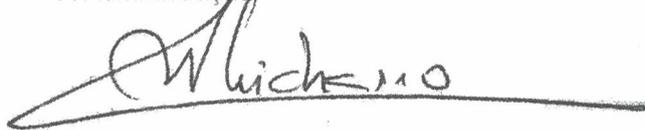
15. A Empresa cumpriu todas as suas obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes - verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço - estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
16. Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações de contencioso relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
17. Confirmamos que, no decorrer do exercício 2022, e até à presente data, não tivemos conhecimento ou suspeita de ocorrências que configurem situações, concretizadas ou tentadas, de branqueamento de capitais ou de financiamento ao terrorismo, no âmbito do disposto nas alíneas j) e s) do artigo nº2 da Lei 83/2017 de 18 de Agosto, republicada pela Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto.
18. No decurso do vosso trabalho foi-vos facultado:
 - a) Acesso a toda a informação relevante para a preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras, como registos, documentação e outras matérias, não tendo sido por nós retida, voluntariamente, qualquer informação importante que pudesse afetar as demonstrações financeiras à data acima referida ou o vosso exame às contas;
 - b) A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
 - c) Acesso sem restrições às pessoas da entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria.
 - d) Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.
19. Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram a Assembleia Geral realizada em 22 de dezembro de 2022 – ata 38, e o Conselho de Gerência em 17 de janeiro de 2023.
20. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não hajam sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros, registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras que examinaram, nem se encontram contabilizadas quaisquer operações que não tenham por base efetivas transações, relacionadas com o curso normal dos negócios da sociedade. A Empresa tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu.
21. Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.

22. Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade, não adequadamente divulgados ou tratados nas Demonstrações financeiras.
23. Confirmamos a nossa convicção de que os planos relativos às medidas futuras a implementar e a sua viabilidade, permitem assegurar, à luz da avaliação que efetuámos, a continuidade das operações, tendo por isso sido considerado o princípio contabilístico da continuidade na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras, tendo em consideração os aspetos referidos no ponto 11.
24. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de ativos fixos ou de inventários, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado ou de alteração do gosto dos consumidores e clientes.
25. A Gerência compromete-se a implementar procedimentos de controlo interno que mitiguem as deficiências identificadas nas demais áreas operacionais da Entidade, nomeadamente em termos de faturação de outros rendimentos, bem como todas as recomendações emanadas do relatório da IGF.
26. A Gerência confirma conhecimento relacionado com risco fiscal associado ao registo contabilístico de despesas de Deslocações e Estadas, por falta de devido enquadramento da despesa incorrida.
27. O saldo em 31 de dezembro de 2022 das perdas por imparidade para créditos a receber foi cuidadosamente revisto, pelo que consideramos que o mesmo representa a melhor estimativa possível de todos os prejuízos significativos que poderão ser incorridos aquando da cobrança dos valores a receber naquela data.
28. A Gerência confirma que a informação submetida na IES de 2019 e 2020 relativa a certificação legal de contas incorpora incorreções na sua submissão, comprometendo-se que a declaração será substituída em momento oportuno.
29. Registámos ou divulgámos, conforme apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo aquelas respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.

Assim, todo o passivo da Empresa de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras.

Com os nossos melhores cumprimentos, subscrevemo-nos

A Administração



NAZARÉ QUALIFICA, E.M. -Unipessoal, Lda.
A GERÊNCIA

ANEXO À CARTA DE REPRESENTAÇÃO PARA O PERÍODO FINDO EM 31-12-2022

Descrição das distorções identificadas e não corrigidas com impacto imaterial nas Demonstrações financeiras de 31-12-2022

Descrição dos erros	Ativo	Passivo	Resultado líquido	Outras rubricas do Capital próprio
Saldos de clientes com elevada antiguidade	(10 124)		(10 124)	
<i>Total das distorções não corrigidas (Euros)</i>	(10 124)		(10 124)	

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a atividade da **Nazaré Qualifica, Unipessoal, Lda, E.M.**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditámos as contas da sociedade reportadas a 31 de dezembro de 2022, os quais estão preparadas, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística e, como parte dos trabalhos de auditoria, analisámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira na referida data.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As bases de mensuração utilizadas merecem a nossa concordância.

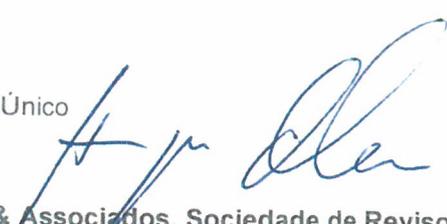
Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, e os correspondentes Anexos apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Administração.

Leiria, 27 de abril de 2023

O Fiscal Único


Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

representada por Henrique José Marto Oliveira (Revisor Oficial de Contas nº 961 e registado na CMVM com nº 20160578)

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Nazaré Qualifica, Unipessoal, Lda, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 890 790 euros e um total de capital próprio de 264 114 euros, incluindo um resultado líquido de 226 396 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Nazaré Qualifica, Unipessoal, Lda, E.M.**, em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o referido na Nota 3.2 do Anexo às demonstrações financeiras da Entidade, quanto à alteração das taxas de amortização aplicadas em 2022 por alteração do período de vida útil dos equipamentos.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

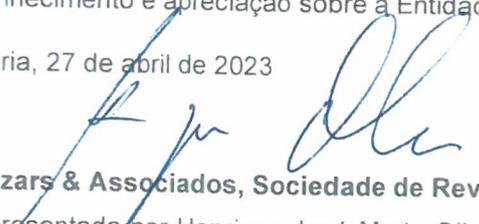
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Leiria, 27 de abril de 2023


Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

representada por Henrique José Marto Oliveira (Revisor Oficial de Contas nº 961 e registado na CMVM com nº 20160578)

